



Número: **5005407-42.2021.8.13.0481**

Classe: **[CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Patrocínio**

Última distribuição : **01/10/2021**

Valor da causa: **R\$ 16.896.330,13**

Assuntos: **Administração judicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
<b>OSVALDIR COVRE (AUTOR)</b>	
	<b>TIAGO ARANHA D ALVIA (ADVOGADO)</b> <b>JORGE NICOLA JUNIOR (ADVOGADO)</b>
<b>JACIRA DE MELO COVRE (AUTOR)</b>	
	<b>TIAGO ARANHA D ALVIA (ADVOGADO)</b> <b>JORGE NICOLA JUNIOR (ADVOGADO)</b>

Outros participantes	
<b>BANCO JOHN DEERE S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)</b>	
	<b>MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (ADVOGADO)</b>
<b>TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)</b>	
	<b>TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (ADVOGADO)</b>

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8598833141	25/02/2022 16:19	<a href="#">Manifestação administradora judicial</a>	Manifestação
8600438012	25/02/2022 16:19	<a href="#">2022.02.25 Manifestação juntada de laudo contábil</a>	Manifestação
8600438015	25/02/2022 16:19	<a href="#">2022.02.25 Laudo contábil</a>	Outros documentos

Manifestação em PDF.





ACERBI CAMPAGNARO  
COLNAGO CABRAL  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

EXMO. SR. DR. JUÍZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE  
**PATROCÍNIO/MG**

**PROCESSO N.º 5005407-42.2021.8.13.0481**

**TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL**, inscrita na OAB/MG sob o n.º 170.449, nomeada Administradora Judicial nos autos da recuperação judicial de OSVALDIR COVRE e JACIRA DE MELO COVRE, vem, respeitosamente, perante V. Exa., requerer a juntada do laudo contábil inicial, bem como informar que, os relatórios de atividade serão apresentados na forma legal, observando os termos da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial.

De Belo Horizonte/MG para Patrocínio/MG, em 25 de fevereiro de 2022.

**TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL**  
OAB/MG 170.449  
*Administradora Judicial*

Alameda Oscar Niemeyer, 1033  
Conjunto 424, torre 4 - Vila da Serra  
Nova Lima/MG - CEP: 34006-065  
(31) 3879-2669 (31) 2115-6166

Avenida João Baptista Parra, 633  
Sala 1401 - Praia do Suá  
Vitória/ES - CEP: 29052-123

WWW.COLNAGOCABRAL.COM.BR  
CONTATO@COLNAGOCABRAL.COM.BR





ACERBI CAMPAGNARO  
COLNAGO CABRAL  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

---

## LAUDO PERICIAL

PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
5005407-42.2021.8.13.0481

GRUPO COVRE

25 DE FEVEREIRO DE 2022

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	2
1.1 Objetivo .....	2
1.2 Objeto e finalidade da perícia.....	2
1.3 Metodologia de trabalho.....	2
<b>2. O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL</b> .....	3
<b>3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CRISE</b> .....	4
3.1 Cenário nacional da crise - Macroeconomia .....	4
3.2 Cenário empresarial da crise - Microeconomia.....	4
<b>4. VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA RECUPERAÇÃO</b> .....	5
<b>JUDICIAL</b> .....	5
<b>5. VERIFICAÇÃO CONTÁBIL FINANCEIRA</b> .....	6
5.1 Balanço Patrimonial.....	6
5.1.1 Ativo.....	6
5.1.2 Passivo .....	11
5.2 Demonstrativo de resultado do exercício (DRE).....	15
<b>6. RELATÓRIO GERENCIAL DE FLUXO DE CAIXA</b> .....	18
<b>7. INDICADORES DE DESEMPENHO</b> .....	20
<b>8. CONCLUSÕES</b> .....	24

# SUMÁRIO

# 1. APRESENTAÇÃO

## 1.1 Objetivo

O objetivo do presente laudo técnico é a análise da condição econômica de OSVALDIR COVRE e JACIRA DE MELO COVRE, em conjunto denominado GRUPO COVRE autores de pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Patrocínio/MG, assim como da compatibilidade entre seus registros contábeis e as informações prestadas a esse juízo nas manifestações processuais, aplicando-se técnicas contábeis e de auditoria incidentes na espécie.

## 1.2 Objeto e finalidade da perícia

O objeto da perícia foi formado pelo acervo documental apresentado nos autos pelo GRUPO COVRE., principalmente os registros e documentos produzidos pelos sistemas contábeis e controles internos, além daqueles solicitados diretamente pela Administradora Judicial, nos termos do art. 22, inciso I, alínea d, da Lei n.º 11.101, de 2005.

Noutro plano, o exame tem a finalidade de apresentar fundamentos e conclusões, visando informar a decisão judicial de processamento e homologação da recuperação judicial, assim como trazer as observações pertinentes, os aspectos e comentários técnicos, que na visão contábil, possam contribuir para um melhor entendimento das questões a serem resolvidas.

## 1.3 Metodologia de trabalho

A metodologia de trabalho adotada pela perícia contábil emprega plenamente todos os procedimentos técnicos sumarizados na “Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 13 – Da Perícia Contábil”, aprovada pela Resolução n.º 858, de 21 de outubro de 1999, do Conselho Federal de Contabilidade.

As etapas de trabalho percorridas pela perícia contábil podem ser assim elencadas:

- Leitura e compreensão dos autos;
- Planejamento detalhado das ações requeridas para elucidação das questões e para o desenvolvimento e conclusão dos trabalhos; e
- Pesquisas, análises e estudos dos documentos e demais informações componentes do conjunto de evidências julgadas relevantes para o deslinde demandado da perícia.

## 2. O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No dia 16 de dezembro de 2021, as Recuperandas ajuizaram pedido de recuperação judicial, apontando as causas da crise econômico-financeira que se instaurou sobre a empresa nos seguintes termos:

A história do GRUPO COVRE se inicia com a separação da sociedade anteriormente estabelecida entre OSVALDIR COVRE, seu irmão e seu cunhado, a partir de quando o primeiro, em união de desígnios com sua esposa, JACIRA DE MELO COVRE, deu continuidade aos cuidados da parte da lavoura de café que lhe coube.

Não obstante a trajetória de expressivo crescimento e sucesso ao longo dos seus mais de 30 (trinta) anos de existência, a grave recessão econômica enfrentada pelo país nos últimos anos, agravada pela severa crise econômica decorrente dos efeitos da pandemia no mundo todo, somada a alguns outros fatores, tais como geadas e secas que atingiram a região do Alto Paranaíba, atingiu duramente o GRUPO COVRE, tornando necessário que este socorrer-se da Lei de Recuperação de Empresas para retomar a higidez de suas atividades.

## 3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CRISE

### 3.1 Cenário nacional da crise - Macroeconomia

Em primeiro plano, deve ser destacado o impacto negativo provocado pela mudança do cenário político-econômico a partir de 2014, quando começou a ocorrer o encolhimento da economia brasileira. Neste período, por óbvio, as Requerentes também passaram a sentir os efeitos da crise, especialmente pela retração do mercado, o que foi deveras agravado pela severa crise econômica decorrente dos efeitos da pandemia do COVID-19.

### 3.2 Cenário empresarial da crise - Microeconomia

Foram apontadas como causas da crise econômica da empresa as seguintes circunstâncias:

- A geada de grandes proporções que destruiu diversas culturas e grande parte dos cafezais do grupo;
- As grandes secas nos anos de 2019 e 2020, de proporções jamais antes vistas;
- Os empréstimos pessoais com juros bem maiores que os dos financiamentos rurais, além de créditos com terceiros pessoas físicas, também com juros muitos superiores aos praticados no mercado; e
- Fatores internos da economia brasileira, bem como externos, do mercado internacional como um todo, que pioraram em razão dos efeitos da severa crise pandêmica do COVID.

Assim, vê-se que, apesar do GRUPO COVRE ser formado por empresas consolidadas, com mais de 34 (trinta e quatro) anos de atuação no mercado do agronegócio, sendo sua principal atividade a cafeicultura, ele vem passando por diversas dificuldades. Inclusive, justamente por isso, busca sua reestruturação por meio do instituto da recuperação judicial.

## 4. VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

As Recuperandas atendem a todos os requisitos previstos no art. 48 da Lei n.º 11.101, de 2005.

Com efeito, observa-se que as Recuperandas exercem atividade empresarial há mais de 2 (dois) anos, como se infere do cadastro nacional da pessoa jurídica de ID n.º 6118908025.

Para mais, na perspectiva do art. 51 da Lei n.º 11.101, de 2005, o qual estabelece os documentos necessários para o processamento da recuperação judicial, averiguou-se que as Recuperandas também atenderam a todos os quesitos.

Conferência dos Documentos Art. 48 e 51 da Lei n.º 11.101/05		
ID	DOCUMENTOS	LEI. 11.101/05
6118013083	Petição inicial de recuperação judicial	
6118908025	Comprovantes de inscrição e situação cadastral no CNPJ, certidão de regularidade da devedora no registro público de empresas, atos constitutivos com a nomeação dos atuais administradores, e certidões de inscrição Estadual do Produtor Rural.	Art. 48, poderá requerer RJ
6118013092 e 6119003005	Certidões falimentares	Art. 48, incisos I, II e III
	Certidões Criminais	Art. 48, incisos IV
6118908001, 6118908005 e 6118908023	Demonstrações Contábeis relativas aos três últimos exercícios	Art. 51. inciso II, Alíneas A e B
6118908019	Relação de credores	Art. 51. inciso III
6118908023 e 6119003005	Relação de empregados	Art. 51. inciso IV
6118908025	Documentos societários (comprovantes de inscrição e situação cadastral no CNPJ, certidão de regularidade da devedora no registro público de empresas, atos constitutivos com a nomeação dos atuais administradores, e certidões de inscrição Estadual do Produtor Rural).	Art. 51. inciso V
6118908030	Relação de bens sócios e administradores	Art. 51. inciso VI
6118908033	Extratos contas bancárias dos sócios	Art. 51. inciso VII
6118908039	Certidões negativas de protestos	Art. 51. inciso VIII
6118908041 e 6119003005	Relação de todas as ações judiciais em que é parte, com a estimativa do valor em litígio.	Art. 51. inciso IX
6119002995 e 611900300	Demonstração do passivo fiscal e a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante	Incisos X e XI, ambos incluídos pela Lei n.º 14.112/20

## 5. VERIFICAÇÃO CONTÁBIL FINANCEIRA

### 5.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é uma demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, em uma determinada data, a posição patrimonial e financeira da empresa, examinando-a sob os enfoques ativo e passivo.

Para realizar os trabalhos sobre a evolução patrimonial da empresa, é necessário analisar os últimos 3 (três) exercícios que antecedem ao pedido de recuperação judicial, de modo que, no caso concreto, o estudo recaiu quanto aos anos de **2019, 2020 e 2021**.

Importante sublinhar que as demonstrações contábeis trazidas aos autos não foram objeto de auditoria.

#### 5.1.1 Ativo

O ativo é formado pelas contas patrimoniais que compreendem o conjunto de bens e direitos da empresa, constituindo-se na parte positiva do balanço que identifica como foram aplicados os recursos.

Para fins de melhor identificação da situação patrimonial das Recuperandas, promove-se na espécie estudo comparativo entre os exercícios 2019, 2020 e 2021, estabelecendo-se os índices análise horizontal (AH) e análise vertical (AV) como percentual de sua variação em números absolutos.

As contas do ativo podem ser divididas em 3 (três) tipos: (i) ativo circulante; (ii) ativo realizável a longo prazo ou ativo não circulante; e (iii) ativo permanente.

**Ativo circulante**

Constitui no grupo de contas que registra as disponibilidades como caixa, bancos conta movimento, estoque, aplicações financeiras e outros créditos em curto prazo, que são aquelas que ocorrerão até o exercício seguinte.

**Ativo realizável a longo prazo**

São classificáveis no ativo realizável a longo prazo contas da mesma natureza do ativo circulante, mas que tenham sua realização após o término do exercício seguinte, ou seja, a longo prazo, como depósitos judiciais, empréstimos compulsórios, empréstimos a diretores entre outras.

**Ativo Permanente**

É um grupo de contas contábeis que engloba recursos aplicados em bens e direitos de permanência duradoura, destinadas ao funcionamento normal da empresa. O ativo permanente é composto pelos subgrupos Investimentos, Imobilizado e diferido.

Na tabela e gráficos a seguir, é possível verificar a evolução do ativo nos exercícios 2019, 2020 e 2021:

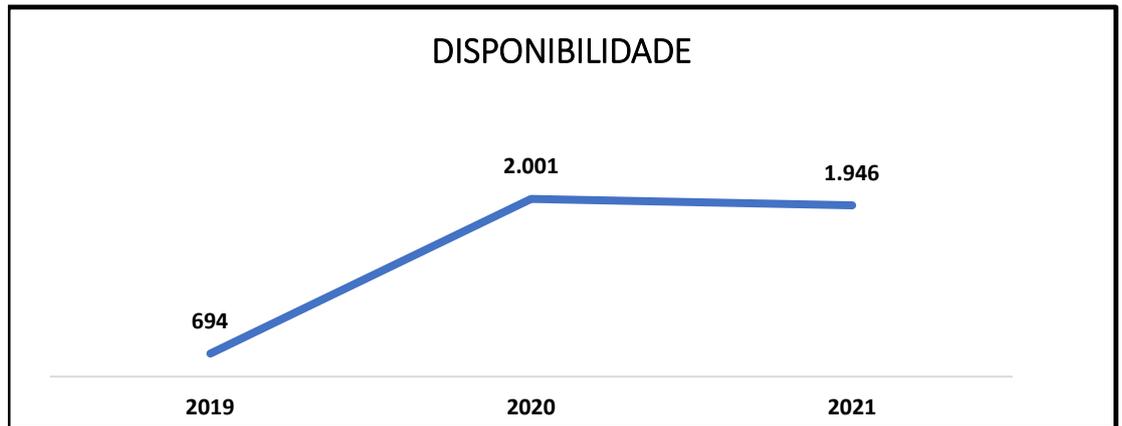
ATIVO	2019	AV	2020	AV	AH	2021	AV	AH
<b>ATIVO</b>	<b>1.989.601,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.317.164,32</b>	<b>100,00%</b>	<b>66,73%</b>	<b>3.580.079,69</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,93%</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>694.149,99</b>	<b>34,89%</b>	<b>2.000.709,50</b>	<b>60,31%</b>	<b>188,22%</b>	<b>2.027.713,13</b>	<b>56,64%</b>	<b>1,35%</b>
<b>DISPONIBILIDADE</b>	<b>694.149,99</b>	<b>34,89%</b>	<b>2.000.709,50</b>	<b>60,31%</b>	<b>188,22%</b>	<b>1.945.554,23</b>	<b>54,34%</b>	<b>-2,76%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	694.149,99	34,89%	2.000.709,50	60,31%	188,22%	1.945.554,23	54,34%	-2,76%
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>82.158,90</b>	<b>2,29%</b>	<b>100,00%</b>
Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	82.158,90	2,29%	100,00%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.295.451,82</b>	<b>65,11%</b>	<b>1.316.454,82</b>	<b>39,69%</b>	<b>1,62%</b>	<b>1.552.366,56</b>	<b>43,36%</b>	<b>17,92%</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>1.295.451,82</b>	<b>65,11%</b>	<b>1.316.454,82</b>	<b>39,69%</b>	<b>1,62%</b>	<b>1.552.366,56</b>	<b>43,36%</b>	<b>17,92%</b>
Ativo Imobilizado	1.295.451,82	65,11%	1.316.454,82	39,69%	1,62%	1.552.366,56	43,36%	17,92%

\*AH – percentual da análise horizontal dos exercícios.

\*AV – percentual da análise vertical das contas do mesmo exercício.

Tomando como base a parte do Ativo do Balanço Patrimonial, será promovida análise das contas relevantes: “Disponibilidades”, “Outros Créditos” e “Imobilizado”.

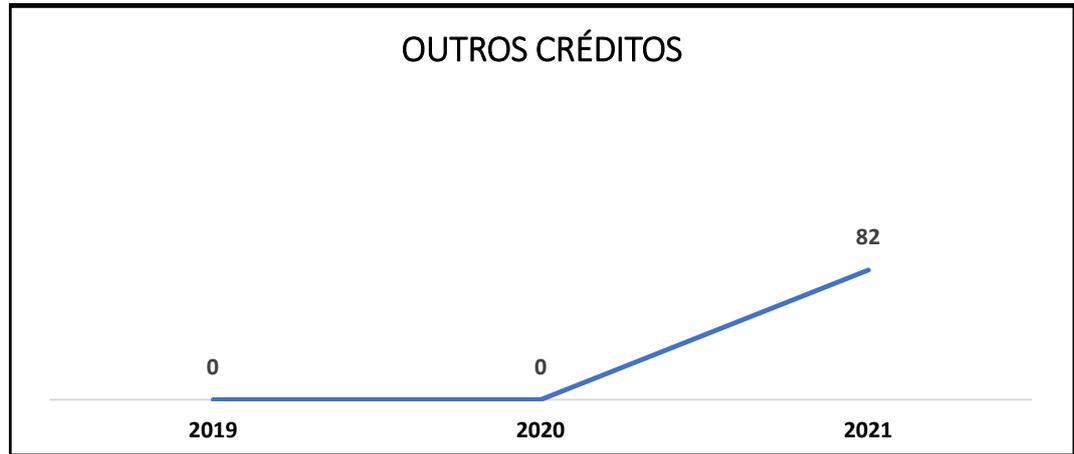
Analisando a conta “Disponibilidade”, observa-se grande variação no período em análise, saindo R\$ 694.149,99 (seiscentos e noventa e quatro mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos) para R\$ 1.945.554,23 (um milhão, novecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e três centavos).



(Valores em milhares de Reais)

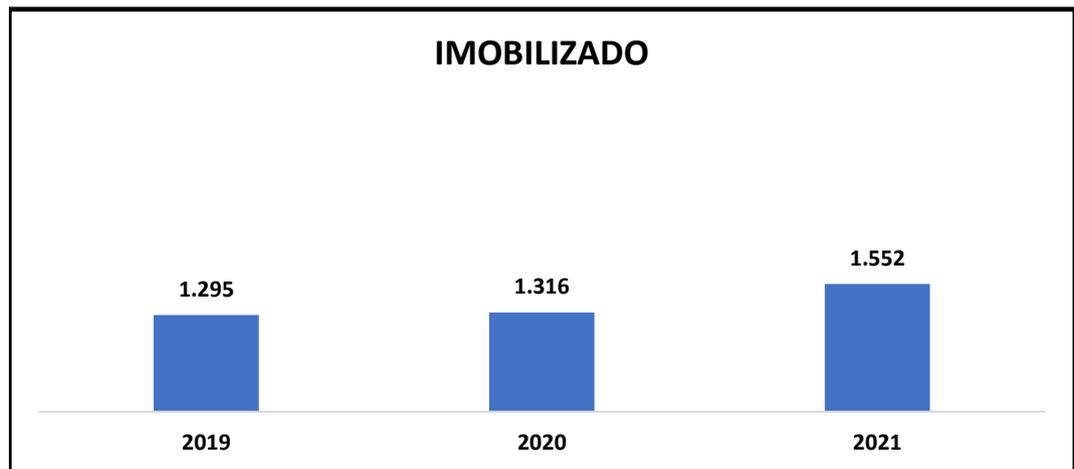
É importante que as Recuperandas realizem conciliação mensal dos saldos da conta “Disponibilidade”, de modo a refletir fidedignamente os resultados apresentados nos extratos bancários.

Analisando a conta “*Outros Créditos*”, observa-se variação de 100% (cem por cento) no período em análise, saindo de R\$ 0,00 (zero reais) para R\$ 82.158,90 (oitenta e dois mil, cento e cinquenta e oito reais e noventa centavos), tudo referente à adiantamento de fornecedores.



(Valores em milhares de Reais)

O “*Imobilizado*” apresentou variação de 19,83% (dezenove vírgula oitenta e três por cento), perfazendo saldo de R\$ 1.552.366,56 (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).



(Valores em milhares de Reais)

A variação se deve principalmente ao aumento na rubrica “*Imóveis Rurais*”, que se deu na ordem de R\$ 96.810,00 (noventa e seis mil e oitocentos e dez reais) e, ainda, R\$ 160.104,74 (cento e sessenta mil, cento e quatro reais e setenta e quatro centavos) relativo à “*Máquinas e equipamentos*”.

### 5.1.2 Passivo

No balanço patrimonial, as contas do Passivo correspondem ao saldo das obrigações devidas pela empresa, ou seja, a origem dos recursos aplicados. Elas podem ser divididas em passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.

#### Passivo circulante

São as obrigações que normalmente são pagas dentro do exercício, ou seja, até o exercício seguinte, sendo elas as contas a pagar, fornecedores, salários e encargos e outras.

#### Passivo não circulante

São as contas que indicam os registros das obrigações que devem ser quitadas, cujos vencimentos ocorrerão após o final do exercício seguinte ao do encerramento do balanço como financiamentos bancários, obrigações tributárias e outras.

#### Patrimônio Líquido

É o grupo de contas que registra o valor contábil pertencente aos acionistas da empresa. É a diferença entre o ativo e o passivo. As contas podem ser capital social, reservas de lucros, lucro ou prejuízo acumulado e outras.

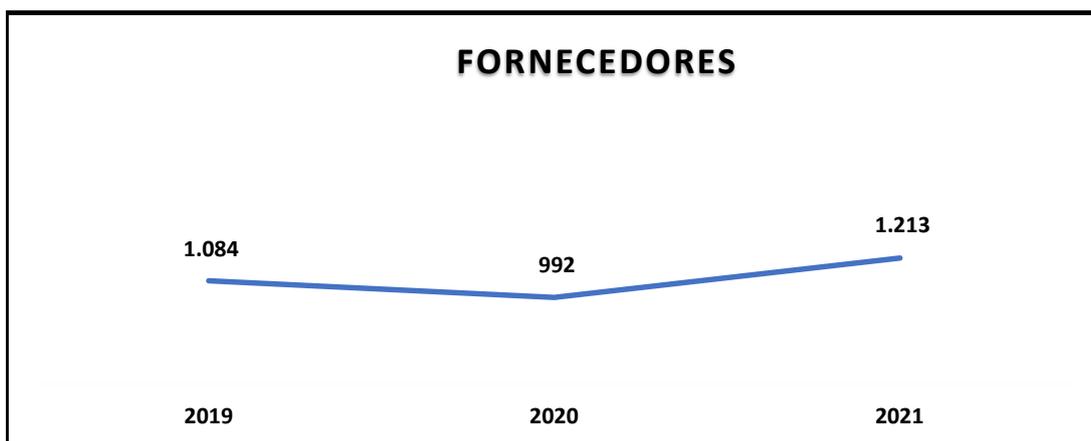
Na tabela e gráficos a seguir, é possível verificar a evolução do passivo nos exercícios 2019, 2020 e 2021: Tomando como base a parte do Passivo do Balanço Patrimonial, analisaremos as principais contas: “Fornecedores”, “Empréstimos e Financiamentos”, “Títulos a Pagar” e “Patrimônio Líquido”.

PASSIVO	2019	AV	2020	AV	AH	2021	AV	AH
<b>PASSIVO</b>	<b>1.989.601,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.317.164,32</b>	<b>100,00%</b>	<b>66,73%</b>	<b>3.580.079,69</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,93%</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.084.387,21</b>	<b>54,50%</b>	<b>991.698,86</b>	<b>29,90%</b>	<b>-8,55%</b>	<b>1.213.069,16</b>	<b>33,88%</b>	<b>22,32%</b>
Fornecedores	1.084.387,21	54,50%	991.698,86	29,90%	-8,55%	1.213.069,16	33,88%	22,32%
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>7.232.593,26</b>	<b>363,52%</b>	<b>9.509.517,14</b>	<b>286,68%</b>	<b>31,48%</b>	<b>10.810.218,00</b>	<b>301,95%</b>	<b>13,68%</b>
<b>OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO</b>	<b>7.232.593,26</b>	<b>363,52%</b>	<b>9.509.517,14</b>	<b>286,68%</b>	<b>31,48%</b>	<b>10.810.218,00</b>	<b>301,95%</b>	<b>13,68%</b>
Empréstimos e financiamentos	6.711.256,68	337,32%	8.796.361,32	265,18%	31,07%	10.810.218,00	301,95%	22,89%
Títulos contas a pagar	180.000,00	9,05%	91.000,00	2,74%	-49,44%	0,00	0,00%	0,00%
Adiantamentos de clientes	341.336,58	17,16%	622.155,82	18,76%	82,27%	0,00	0,00%	-100,00%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(6.327.378,66)</b>	<b>-318,02%</b>	<b>(7.184.051,68)</b>	<b>-216,57%</b>	<b>13,54%</b>	<b>(8.443.207,47)</b>	<b>-235,84%</b>	<b>17,53%</b>
Prejuízo acumulado	(6.327.378,66)	-318,02%	(7.184.051,68)	-216,57%	13,54%	(8.443.207,47)	-235,84%	17,53%

\*AH – percentual da análise horizontal dos exercícios.

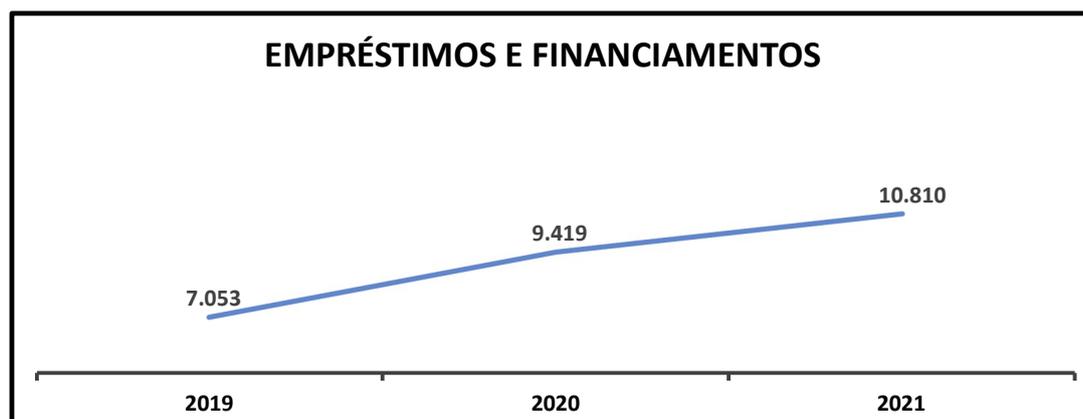
\*AV – percentual da análise vertical das contas do mesmo exercício.

A conta "Fornecedores" apresentou aumento de 11,87% (onze vírgula oitenta e sete por cento), saindo de R\$ 1.084.387,21 (um milhão, oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte e um centavos) para R\$ 1.213.069,16 (um milhão, duzentos e treze mil, sessenta e nove reais e dezesseis centavos).



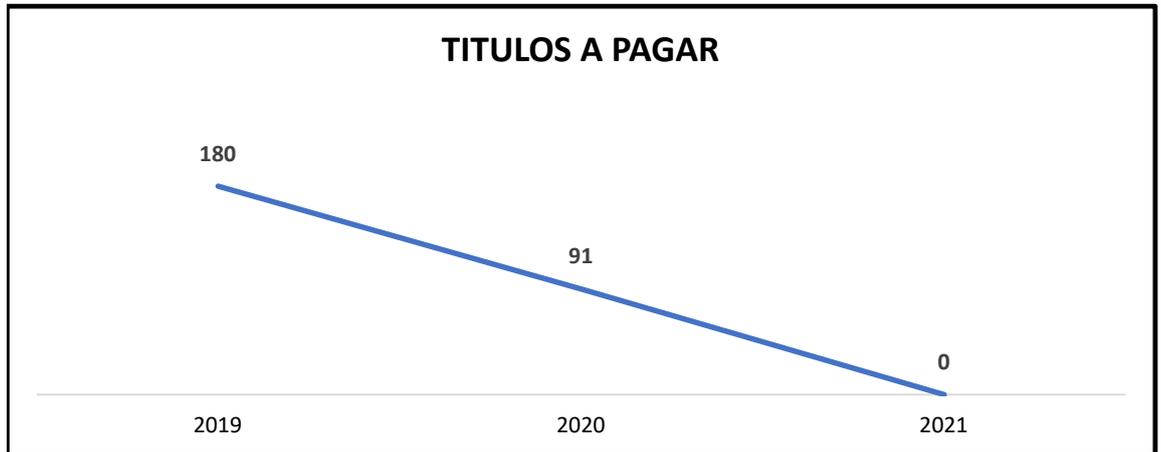
(Valores em milhares de Reais)

Já a rubrica "Empréstimos e Financiamentos" apresentou aumento de 53,28% (cinquenta e três vírgula vinte e oito por cento), saindo de R\$ 7.052.593,26 (sete milhões, cinquenta e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e vinte e seis centavos) para R\$ 10.810.218,00 (dez milhões, oitocentos e dez mil, duzentos e dezoito reais).



(Valores em milhares de Reais)

Dando seguimento às análises, a rubrica “*Títulos a Pagar*” apresentou queda de 100% (cem por cento), saindo de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para R\$ 0,00 (zero reais).



(Valores em milhares de Reais)

Por fim, o “*Patrimônio Líquido*” manteve-se negativo nos últimos 3 (três) exercícios, com variação de 33,44% (trinta e três vírgula quarenta e quatro por cento), saindo de -R\$ 6.327.378,66 (seis milhões, trezentos e vinte e sete mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos) em 2018 para -R\$ 8.443.207,47 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, duzentos e sete reais e quarenta e sete centavos) em 2021.



Os valores se referem aos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.



## 5.2 Demonstrativo de resultado do exercício (DRE)

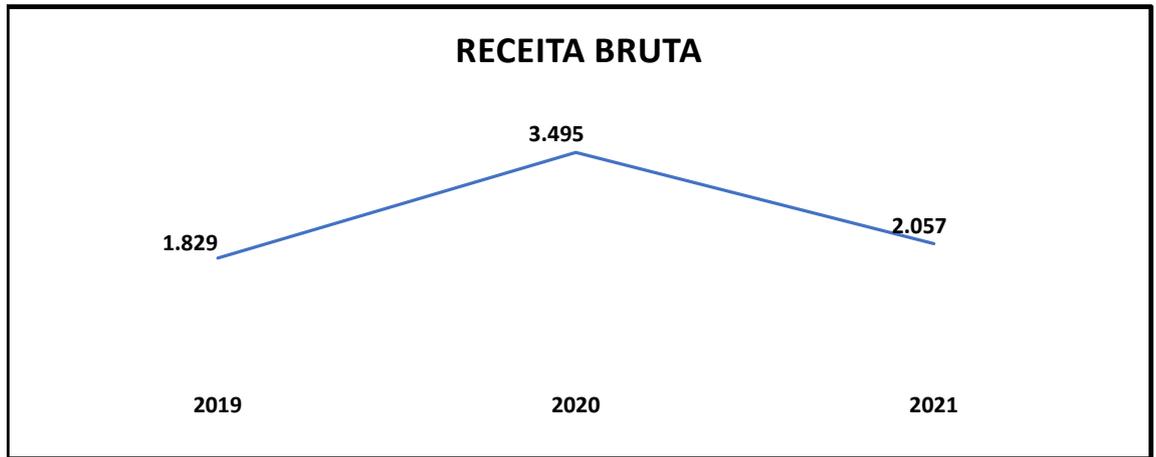
O demonstrativo de resultado de exercício, DRE, é a demonstração contábil que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido em um exercício através do confronto das receitas, custos e despesas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO	2019	AV	2020	AV	AH	2021	AV	AH
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>1.828.973</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.495.010</b>	<b>100,00%</b>	<b>91,09%</b>	<b>2.056.521</b>	<b>100,00%</b>	<b>-41,16%</b>
Venda de Produtos	1.828.973	100,00%	3.495.010	100,00%	91,09%	2.056.521	100,00%	-41,16%
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
(-) Impostos Incidentes	-	0,00%	-	0,00%	0%	-	0,00%	0%
(-) Serviços Cancelados	-	0,00%	-	0,00%	0%	-	0,00%	0%
<b>= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.828.973</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.495.010</b>	<b>100,00%</b>	<b>91,09%</b>	<b>2.056.521</b>	<b>100,00%</b>	<b>-41,16%</b>
<b>(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Variação do Valor Justo do Ativo Biológico	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>1.828.973</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.495.010</b>	<b>100,00%</b>	<b>91,09%</b>	<b>2.056.521</b>	<b>100,00%</b>	<b>-41,16%</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.115.909)</b>	<b>-170,36%</b>	<b>(3.926.125)</b>	<b>-112,34%</b>	<b>26,00%</b>	<b>(3.315.677)</b>	<b>-161,23%</b>	<b>-15,55%</b>
(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	(3.115.909)	-170,36%	(3.926.125)	-112,34%	26,00%	(3.315.677)	-161,23%	-15,55%
<b>= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>(1.286.936)</b>	<b>-70,36%</b>	<b>(431.115)</b>	<b>-12,34%</b>	<b>-66,50%</b>	<b>(1.259.156)</b>	<b>-61,23%</b>	<b>192,07%</b>
IMPOSTOS DIFERIDOS	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
IMPOSTOS CORRENTES	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(1.286.936)</b>	<b>-70,36%</b>	<b>(431.115)</b>	<b>-12,34%</b>	<b>-66,50%</b>	<b>(1.259.156)</b>	<b>-61,23%</b>	<b>192,07%</b>

\*AH – percentual da análise horizontal dos exercícios.

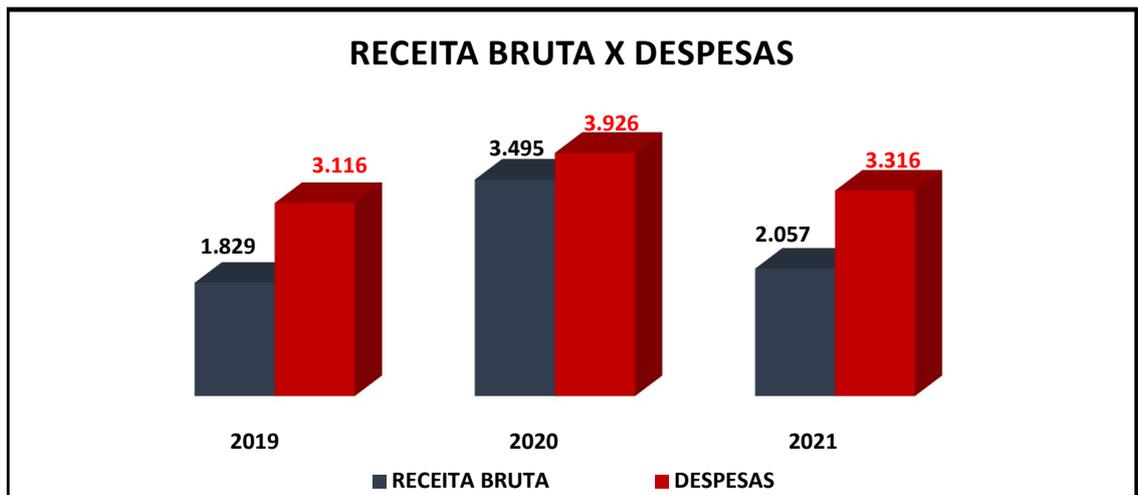
\*AV – percentual da análise vertical das contas do mesmo exercício.

O DRE evidencia, entre 2019 e 2021, um aumento no faturamento do GRUPO COVRE em 12,44% (doze vírgula quarenta e quatro por cento), saindo de R\$ 1.828.973,34 (um milhão, oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e quatro centavos) para R\$ 2.056.521,08 (dois milhões, cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais e oito centavos).



(Valores em milhares de Reais)

Com base na representação gráfica, pode ser constatado que nos três períodos analisados houve aumento de 6,41% (seis vírgula quarenta e um por cento) das despesas, saindo de R\$ 3.115.909,14 (três milhões, cento e quinze mil, novecentos e nove reais e quatorze centavos) para R\$ 3.315.676,88 (três milhões, trezentos e quinze mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos).



(Valores em milhares de Reais)



Ratificando as informações anteriores, pode-se observar que as Recuperandas vem operando com prejuízo nos últimos três exercícios, quais sejam, de 2019 a 2020, sendo o valor acumulado na ordem de -R\$ 2.977.206,50 (dois milhões, novecentos e setenta e sete mil, duzentos e seis reais e cinquenta centavos).



(Valores em milhares de Reais)

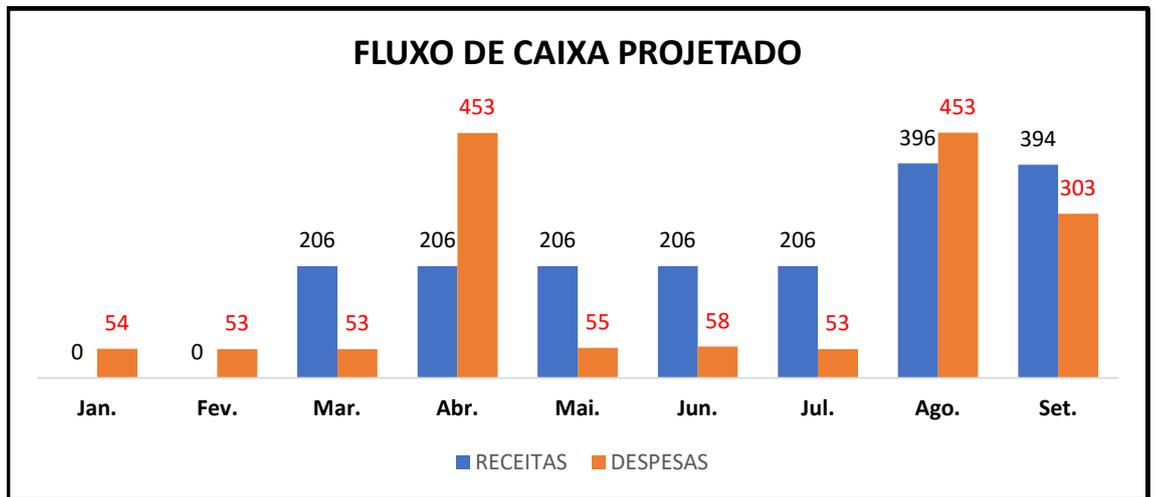
## 6. RELATÓRIO GERENCIAL DE FLUXO DE CAIXA

O relatório gerencial do fluxo de caixa é a confrontação entre a entrada e a saída de recursos financeiros em determinado período, permitindo, assim, reconhecer sua perspectiva financeira, ainda que em exame puramente isolado, além de produzir informe importante na programação de captação de recursos financeiros, nas otimizações das aplicações de sobras de caixa e no gerenciamento do contas a pagar, dentre outras decisões importantes.

Pelo fluxo de caixa projetado apresentado pelo GRUPO COVRE, referente ao período de janeiro a setembro de 2022, é possível acompanhar se o plano de recuperação está sendo executado conforme planejado, assim como se tornará possível identificar os pontos que, eventualmente, devam ser reajustados.

FLUXO DE CAIXA PROJETADO	Jan./2022	Fev./2022	Mar./2022	Abr./2022	Mai./2022	Jun./2022	Jul./2022	Ago./2022	Set./2022	TOTAL GERAL
RECEITAS	0	0	206.000	206.000	206.000	206.000	206.000	396.000	394.000	1.820.000,00
DESPESAS	(53.600)	(52.600)	(52.600)	(452.600)	(55.100)	(57.600)	(52.600)	(453.100)	(303.100)	(1.532.900,00)
DIFERENÇA	(53.600)	(52.600)	153.400	(246.600)	150.900	148.400	153.400	(57.100)	90.900	287.100,00

A projeção de fluxo de caixa comporta a seguinte demonstração gráfica:



(Valores em milhares de Reais)

Conforme projeção de caixa de janeiro a setembro de 2022, é de se estimar faturamento total de R\$ 1.820.000,00 (um milhão, oitocentos e vinte mil reais). Essa projeção é admissível e alcançável, haja vista que, no ano de 2021, houve faturamento no valor de R\$ 2.056.521,08 (dois milhões, cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais e oito centavos).

É importante registrar a preocupação envolvendo as despesas e custos, haja vista que as despesas projetadas para o mesmo período totalizaram R\$ 1.532.900,00 (um milhão, quinhentos e trinta e dois mil e novecentos reais), frente a R\$ 3.315.676,00 (três milhões, trezentos e quinze mil, seiscentos e setenta e seis reais) do ano anterior.

Registra-se que, para o cumprimento do plano de recuperação, é importante que as Recuperandas criem ações estratégicas que reduzam seus custos e despesas, de modo a majorar os resultados.



## 7. INDICADORES DE DESEMPENHO

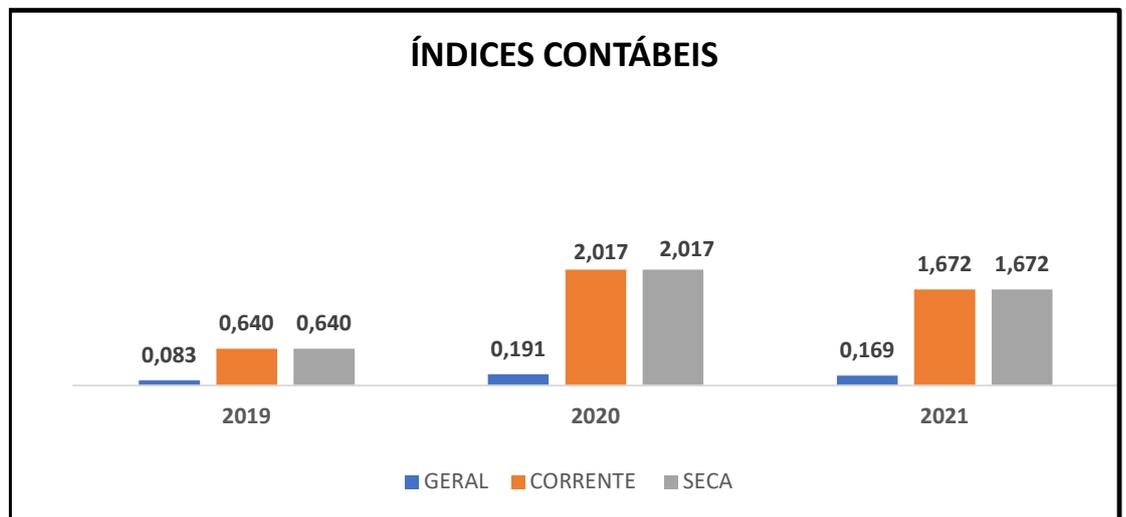
Os indicadores de desempenho são critérios adotados para mensurar a performance dos negócios da empresa, sendo que, para conclusão mais fidedigna, sua análise é feita de forma comparativa com outros exercícios e outros indicadores, de forma a diagnosticar a evolução da saúde financeira da empresa de modo qualificado.

Dentre os citados indicadores, destacam-se, especificamente no exame da crise do empreendimento, aqueles vinculados à liquidez do empreendimento, eis que revelam a capacidade do empresário de promover o adimplemento de suas obrigações, afastando quadro de insolvência e viabilizando a continuidade das atividades empresariais. Vale destacar os seguintes indicadores de liquidez:

- **Indicador de liquidez Corrente:** se refere à capacidade da empresa de cumprir com suas obrigações no curto prazo. Dessa forma, o gestor saberá que a organização estará preparada para a cumprir com a maioria dos seus compromissos com terceiros;
- **Indicador de liquidez Seca:** quanto à disponibilidade de bens e direitos realizáveis no curso do exercício, sendo desconsiderado o saldo do estoque;
- **Indicador de liquidez Geral:** está atrelado às competências de uma empresa no médio e longo prazo. Desse modo, seu cálculo abrange também o ativo e passivo da empresa que superam a estimativa de tempo de 1 ano dentro do balanço.

Tais índices, lidos em conjunto, permitem identificar a liquidez geral da empresa, abarcando uma verificação não apenas do curto prazo mas, também, do exercício subsequente, retratando, assim, uma visão do quadro atual do empresário e de suas perspectivas futuras.

Segue gráfico de liquidez do Grupo COVRE:



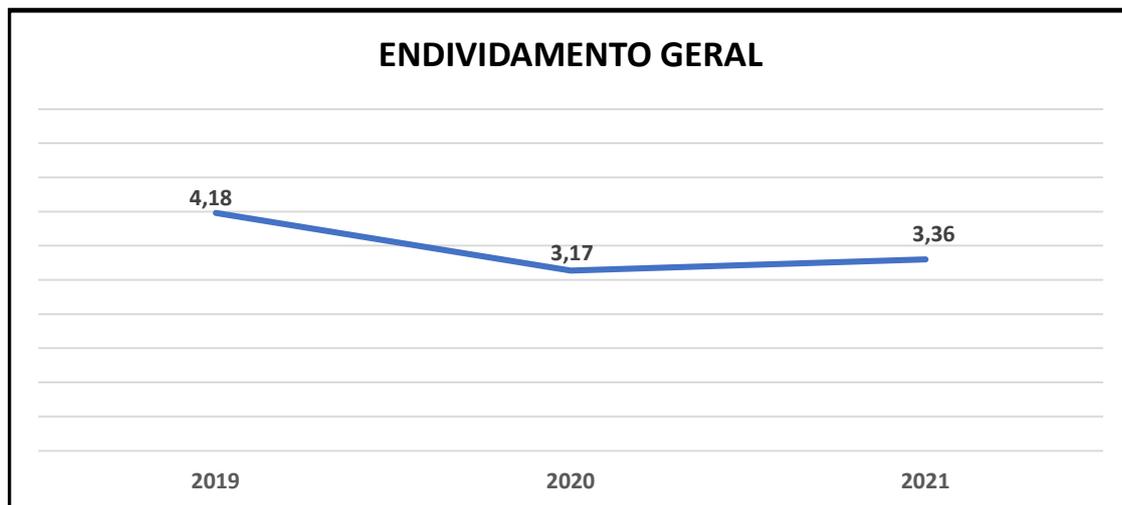
(Referência 1: quanto maior melhor)

Analisando os índices de liquidez em conjunto, observa-se que, no ano de 2019, esta se encontrava bem abaixo do número de referência 1 (um), o que demonstra a crise vivida pelas Recuperandas.

Em 2020 e 2021, observamos que os índices de liquidez corrente e seca se apresentam acima do valor de referência, entretanto, sua liquidez geral mantém-se abaixo de 1 (um), o que indica dificuldade das Recuperandas em quitar suas obrigações de curto e longo prazo, o que é próprio das empresas em recuperação judicial.



Ratificando os índices contábeis apresentados, verifica-se que o índice de endividamento vem demonstrando instabilidade, especificamente acima do valor de referência 1 (um), indicando que as Recuperandas vinham recorrendo ao capital de terceiros para financiar suas atividades.

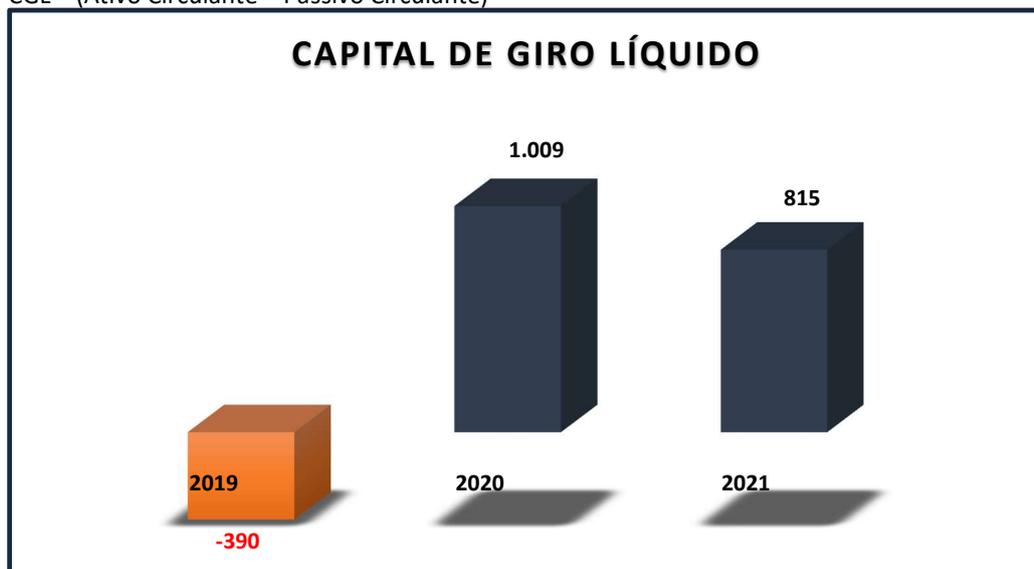


(Referência 1: quanto menor melhor)

O capital circulante líquido, também denominado capital de giro, corresponde aos recursos necessários para que uma empresa mantenha suas atividades. Neste sentido, evidencia a capacidade de a empresa financiar suas obrigações de curto prazo, retratando assim, a liquidez da sociedade empresária.

É este o quadro gráfico do capital circulante líquido da sociedade examinada:

CGL = (Ativo Circulante – Passivo Circulante)



(Valores em milhares de reais)

O gráfico evidencia o retrato negativo do capital circulante das Recuperandas, no ano de 2019, revertido em 2020 e 2021, perfazendo saldo de R\$ 814.644,00 (oitocentos e quatorze mil e seiscentos e quarenta e quatro reais).

## 8. CONCLUSÕES

Da análise realizada dos documentos e demais aspectos contábeis e financeiros, é possível concluir o seguinte:

1. O GRUPO COVRE atende a todos os requisitos legais para o pedido de recuperação judicial, tendo sido preenchidas todas as exigências dos arts. 48 e 51 da LRE;
2. Analisando os índices de liquidez em conjunto, observa-se que, no ano de 2019, estes se encontravam abaixo do número de referência 1 (um), mas, em 2020 e 2021, apesar de os índices de liquidez corrente e seca se apresentarem acima da referência, o índice de liquidez geral se manteve abaixo de 1 (um), o que demonstra a crise vivida pelas Recuperandas;
3. A DRE apresentada pelos devedores demonstra que houve aumento de 12,44% (doze vírgula quarenta e quatro por cento) do faturamento e também aumento das despesas, este na ordem de 6,41% (seis vírgula quarenta e um por cento), especificamente no ano de 2021, quando se constata o maior cenário de crise com respectivo pedido de recuperação;
4. No processo de recuperação judicial, as causas da crise, bem como os fatores que agravaram a situação econômica da empresa, restaram devidamente demonstradas e possuem, de fato, relevância na causa da crise;
5. É possível identificar no fluxo de caixa projetado um retorno na evolução econômico-financeira, após momento de instabilidade e dificuldade financeira, sendo o resultado líquido estimado para o período de janeiro a setembro de 2022 no montante de R\$ 287.100,00 (duzentos e oitenta e sete mil e cem reais);
6. A apreciação do conjunto de atividades desenvolvidas pelas empresas em recuperação judicial pressupõe, em especial, exame referente à pandemia mundial provocada pela Covid-19. É imperioso que o GRUPO COVRE acompanhe o desenrolar da pandemia, buscando os melhores meios gerenciais e financeiros para mitigar os eventuais impactos econômicos que comprometam o soerguimento das empresas.

De Belo Horizonte/MG para Patrocínio/MG, 25 de fevereiro de 2022.

**Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral**  
*Administradora Judicial*  
OAB/MG 170.449

**Ibson Ferreira Godinho**  
*Contador*  
CRC/MG-100723/O-7